

Entrevista feita por Júlio Américo a Nazaré Zenaide



Maria de Nazaré Tavares Zenaide é a atual titular da Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos do Governo Federal. Graduada em psicologia, com mestrado em serviço social, Nazaré começou a trabalhar com extensão em 1994, assim que entrou no Departamento de Serviço Social da UFPB, quando a convite do Prof. Rubens Pinto Lyra, começou a participar da Comissão de Direitos Humanos da Instituição.

Desde então, participou de vários projetos de extensão, entre os quais, o Projeto Educação Popular e Direitos Humanos, o Programa de Polícia Comunitária, o Programa Paz nas Escolas e no Bairro, o Projeto de Formação de Educadores em Direitos Humanos, o Projeto de Qualificação do Sistema Penitenciário, o Projeto A Polícia Protetora dos Direitos Humanos, o Projeto de Fortalecimento do Conselho Estadual de Direitos Humanos e o Programa de Educação e Promoção Social Indígena Potiguara. Na UFPB, foi coordenadora do Mestrado em Serviço Social, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Coordenadora de Programas de Ação Comunitária, de onde se desligou para assumir o cargo que ocupa atualmente.

Na entrevista, Nazaré fala de extensão com paixão, colocando todos os seus aspectos e evidenciando que apesar das dificuldades encontradas em sua experiência, sempre vale acreditar no potencial de transformação da extensão quando em contato com a realidade local. E conclui: “Navegar através da Extensão é preciso e necessário para transformar o processo acadêmico, mentalidades e práticas excludentes e preconceituosas. Transformar é necessário e a extensão é um dos caminhos possíveis.”.

Revista Extensão Cidadã: Quais as maiores dificuldades de se fazer extensão aqui na UFPB?

Nazaré Zenaide: No início foi o não reconhecimento da extensão como atividade acadêmica. Fazíamos extensão como atividade extra sem carga horária reconhecida pelo Departamento. Não havia uma percepção institucional que compreendesse a função social e acadêmica da extensão e da extensão em direitos humanos. A visão existente era da extensão como atividade de militância exclusivamente, não como atividade pedagógica com ações de assessoria e orientação sócio-psico-pedagógica e jurídica nas lutas de grupos em situação de violações aos direitos humanos, com ações de capacitação voltadas para a formação de sujeitos políticos e o exercício da cidadania democrática.

O reconhecimento institucional do CONSUNI através de resolução reconhecendo as ações de extensão da Comissão de Direitos Humanos como atividade de extensão, foi importante para que nossa prática fosse considerada no processo de ascensão funcional.

Outro fator a ser considerado, é a captação de recursos para realizar e apoiar as ações de extensão e de extensão em direitos humanos. O recorte progressivo dos recursos do FAT para a UFPB reduziu e inviabilizou ações de extensão relevantes realizadas com as Delegacias da Mulher (atividade considerada inédita), com a Polícia Comunitária, as oficinas profissionalizantes com o sistema penitenciário, entre outros. O sistema de balcões para atividades de extensão é um ponto crítico, uma vez que a extensão é uma ação institucional que não se encerra com os recursos de projetos pontuais. A realidade social e a intervenção acadêmica exigem tempo, estudos, aproximações, relacionamentos e ações permanentes. Direitos Humanos enquanto política pública requer mais investimento por parte do Governo Federal de modo a sistematizar e estruturar ações de caráter mais permanente que fortaleça o sistema de proteção e de defesa.

No âmbito do ensino e da pós-graduação ainda há muito desconhecimento da função acadêmica da extensão em direitos humanos. Muitas vezes o reconhecimento vem de fora e não de dentro da Universidade.

As publicações conquistadas na área foram produtos de projetos e programas de extensão e de estudos na área.

A extensão em direitos humanos na UFPB ainda não foi suficientemente reconhecida. Nos 50 anos a Comissão de Direitos Humanos recebeu premiação nacional em direitos humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos e, no entanto a comissão não foi inserida nas ações de aniversário para divulgar sua atuação social. Essas contradições revelam como os direitos humanos na UFPB ainda não são conhecidos e reconhecidos internamente. O financiamento para a extensão em direitos humanos é todo captado externamente. Os mecanismos de financiamentos separados das ações de ensino, pesquisa e monitoria não contribuem para a indissociabilidade.

REC: A extensão universitária visa aproximar a comunidade da Universidade. Na sua perspectiva, como definiria a extensão universitária? Seria uma espécie de movimento social?

Nazaré: A extensão é a ação institucional que mais se aproxima e contribui para o fortalecimento dos movimentos sociais e da sociedade civil. Através da extensão universitária inova-se e se revoluciona a relação tradicional da Universidade com a Sociedade. A extensão movimenta para o compromisso social muda uma cultura organizacional, entretanto a extensão é uma função acadêmica, ela tem fundamentos teóricos e práticos, ela exercita diálogos multi, inter e transdisciplinar.

REC: Muitas vezes a prática extensionista deixa de ser troca de conhecimento, experiências, saberes e arte entre a Universidade e a comunidade para se tornar apenas um meio de aplicação do conhecimento, prestação de serviços ou simplesmente assistencialismo. Como você avalia esta questão e como prevenir a reprodução dessa realidade na prática da extensão?

Nazaré: O exercício prático da extensão exige rompimento de paradigmas no momento em que a realidade e a participação ativa dos atores sociais e do público produz mudanças de atitudes do processo acadêmico. A extensão exige investigação da realidade, exige o diálogo de diversas áreas do conhecimento, promove diálogo entre áreas e cursos, requer uma leitura crítica da atuação do Estado e das Políticas Públicas, exige continuidade de atuação institucional e não se encerra em ações pontuais e pessoais. A compreensão dos direitos de cidadania, a leitura crítica do Estado e das Políticas Públicas, a leitura crítica da realidade social e do saber acadêmico e uma boa fundamentação metodológica contribui para romper com concepções e práticas assistencialistas.

REC: O que você entende por extensão cidadã?

Nazaré: A extensão que promove a formação de sujeitos políticos para exercerem o protagonismo social e conquistar direitos de cidadania, a extensão que capacita os agentes do Estado para atuarem numa perspectiva emancipatória e democrática, uma extensão que promove desenvolvimento social, cultural, político e subjetivo, uma extensão que enfrenta os problemas das desigualdades sociais e promove a inclusão social, uma extensão que fortalece o processo de transformação social.

REC: Como as gestões das Universidades públicas têm tratado a extensão?

Nazaré: As gestões têm contribuído com a criação de pró-reitorias específicas, com o apoio na criação de bolsas de extensão, dos bancos de registros e com as resoluções que buscam institucionalizar a extensão como atividade acadêmica.

Entretanto, ao comparar os recursos para o setor, as salas, a estrutura de computadores e transportes observa-se como a extensão ainda não é valorizada pelo que ela produz e pelos impactos que ela promove. Há desconhecimento sobre a complexidade da ação e as exigências burocráticas; há poucos recursos humanos para apoiar as ações de extensão e ainda há poucos recursos humanos qualificados para fomentarem uma política de extensão.

A infra-estrutura de salas e de transportes ainda são fatores impeditivos dos programas e projetos. A falta de condições institucionais para os projetos faz com que muitos desistam ou que alguns extensionistas assumam responsabilidades institucionais.

REC: Qual o papel da extensão na mudança de consciência dos estudantes e da comunidade no que diz respeito às questões sociais?

Nazaré: A extensão consegue aproximar os atores universitários da sociedade, rompe preconceitos, promove a solidariedade na medida em que contribui para que se busquem ações ativas de superação de situações de violência e de exclusão, entre outras. A extensão faz com que todos os alunos, professores e técnicos possam construir uma relação dinâmica com o mundo real e o acadêmico. A extensão encoraja as comunidades a romperem com posições de vítimas, de exclusão em saídas cidadãs.

REC: Que mensagem você deixaria para aqueles que ainda farão extensão universitária?

Nazaré: Leiam a memória e conversem bastante com os sujeitos, arrisquem em ousar, escrevam e registrem suas atividades e as analisem, sonhem com novos tempos, não desistam diante das dificuldades, descubram o que há de melhor em cada um para tornar o caminho menos árduo, não esquentem com a forma, mas com o conteúdo, envolvam suas experiências de extensão com o momento teórico de reflexão dos saberes, busquem o que há de melhor, soltem a criatividade, participem dos encontros de extensão, articulem a extensão com a pesquisa e o ensino, busquem novas formas e metodologias de trabalho, estudem os métodos para aperfeiçoar sua experiência, se apaixonem pela extensão, ensinem aos que não conhecem, criem muitos amigos, interfiram na realidade e construam seu tempo social presente, construam uma nova sociedade e uma nova Universidade.

Publicações de Maria de Nazaré Tavares Zenaide

GENTLE, Ivanilda Matias; DIAS Lúcia Lemos; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares.(Orgs.). Ação Comunitária Interdisciplinar. Série Extensão Prêmio Elo Cidadão, UFPB/PRAC, 1999

CANDAU, Vera e ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares Zenaide. (Org). Oficinas Aprendendo e Ensinando Direitos Humanos. João Pessoa: JB, 1999.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. (Org.) Experiências de Educação em Direitos Humanos na Paraíba. João Pessoa: JB Editora, 1999.

GUSMÃO, Tiago Lima de; MORAES, Denise Wanderley; GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e OUTROS. Ação Comunitária Interdisciplinar/ PRODEC. Resumos V Encontro de Extensão. João Pessoa, 1999 (mimeo).

MOURA, Pedro Fabiano Alves de; AZEREDO, Givanildo Alves de; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e OUTROS. Concepção de Projetos de Engenharia para a Execução do Complexo Pólie Esportivo e Centro Comunitário dos Conjuntos Mangabeira VI e VII. Resumos V Encontro de Extensão. João Pessoa, 1999 (mimeo).

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e OUTROS. Penas Alternativas – resgatando a cidadania numa visão multidisciplinar. Resumos V Encontro de Extensão. João Pessoa, 1999 (mimeo).

MEIRELLES, Ana Tereza Lyra Campos; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e OUTROS. Os direitos humanos e a Cidadania: Uma Proposta de educação para os jovens. Resumos V Encontro de Extensão. João Pessoa, 1999 (mimeo).

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e OUTROS. Direitos Humanos e Violência Escolar: Pautas de Ações. Resumos V Encontro de Extensão. João Pessoa, 1999 (mimeo).

Co-autora do texto Ação Comunitária Interdisciplinar In: Prêmio Elo Cidadão – Série Extensão, João Pessoa: Editora Universitária, 2000.p 13-23. ISBN 83-237-0242 - X

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. A Extensão em Direitos Humanos nas Universidades Públicas. VI Congresso Iberoamericano de Extensão. São Paulo, 2001;

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. O educador e a prática da educação em direitos humanos na Paraíba. ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e DIAS, Lúcia Lemos (Orgs.) Formação em Direitos Humanos na Universidade. João Pessoa: Editora Universitária, 2001. ISBN 85-237-0267-9;

ZENAIDE. Maria de Nazaré Tavares Zenaide e LEMOS Lúcia. (Org). Formação em Direitos Humanos na Universidade. João Pessoa: Editora Universitária, 2001. ISBN 85-237-0267-9;

ZENAIDE. Maria de Nazaré Tavares. Construção Conceitual dos Direitos Humanos. ZENAIDE. Maria de Nazaré Tavares. (Org.) Formação em Direitos Humanos na Universidade. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

ZENAIDE. Maria de Nazaré Tavares. A Construção Histórica dos Mecanismos Institucionais de Defesa dos Direitos Humanos na Paraíba. ZENAIDE. Maria de Nazaré Tavares. (Org.) Formação em Direitos Humanos na Universidade. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

ZENAIDE. Maria de Nazaré Tavares. O educador e a Prática de Educação em Direitos Humanos na Paraíba. ZENAIDE. Maria de Nazaré Tavares. (Org.) Formação em Direitos Humanos na Universidade. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. A UFPB e os direitos humanos. João Pessoa: UFPB, 2002. 11 p. (mimeo)

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e GENTLE, Ivanilda (Org). Cartilha da Cidadania – educando para a vida, a paz e a dignidade da pessoa humana e do trabalhador. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (Org). Cartilha Paz e Cidadania nas Escolas. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educação em direitos humanos – formação de sujeitos. Anais do seminário educação em direitos humanos na comunidade. Recife: CEDEC/MLAL/FUNDAJ, 2002.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e BARBOSA JUNIOR, Fernando (Orgs). Cidadania e Educação – projetos sociais para a prevenção da violência na escola. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e Outros. (Org). Ética e Cidadania nas Escolas. João Pessoa: Editora Universitária, 2003. ISBN 85-237-0398-5;

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Construindo ações na perspectiva de uma polícia cidadã e democrática na Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2003. (mimeo) 25p.

Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos – Elaboração da Minuta do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e Julgamento do Prêmio Direitos Humanos 2003, categoria Educação em Direitos, 2003.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educação em direitos humanos: o educador que precisa ser educado. RIQUE, Célia e SANTOS, Maria de Fátima de Souza (Orgs.) Direitos humanos nas representações sociais dos policiais. Recife: Bargaço, 2004.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e TOSI, Giuseppe. O que é educação para a cidadania? BUONFIGLIO, Maria Carmela (Org.) Políticas públicas em questão: o plano de qualificação do trabalhador. João Pessoa: Manufatura, 2004.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educação em direitos. ALBERTO, Maria de Fátima Pereira (Org.) Anais do I seminário sobre o trabalho infanto-juvenil e os direitos humanos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educação em direitos humanos. TOSI, Giuseppe (Org.) Direitos humanos: história, teoria e prática. João Pessoa: Projeto Unicidade/Editora Univeritária/UFPB, 2005.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; DIAS, Lúcia Lemos; TOSI, Giuseppe e MOURA, Paulo Vieira (Orgs.) A formação em direitos humanos na universidade: ensino, pesquisa e exetnsão. João Pessoa: Projeto Unicidade/Editora Univeritária/UFPB, 2006.